

Antropologia e Literatura

O que os antropólogos podem fazer da literatura e o que a literatura pode fazer da antropologia? Os textos deste dossiê refletem sobre esta questão, seja evocando-a diretamente, seja trazendo análises nas quais antropologia e literatura se entrecruzam e se complementam em seus recursos analíticos e problemas teóricos. Não se trata de contrapor os dois campos disciplinares para melhor delinear suas fronteiras, ou de aplicar uma forma descritiva sobre a outra, usando-a como fonte documental (o que também seria reforçar fronteiras). O que esta coletânea pretende explorar, ao contrário, são as próprias zonas fronteiriças. Sem se fixar nos parâmetros que, ao longo da História, vieram sedimentando um e outro campo disciplinar, adentram-se aqui questões partilhadas por ambas desde há muito, tais como a da distância entre experiência sensível e registro escrito; entre gêneros narrativos tidos como diversos (de acordo com suas formas narrativas e seus objetos legítimos de descrição); e entre oposições supostas entre forma e conteúdo, ficção e não-ficção, erudito e popular, real e imaginário, e daí por diante.

O leque é amplo. O que dá unidade aos artigos aqui reunidos é a percepção de que esses problemas promovem deslocamentos interessantes no interior da prática antropológica, em diálogo com sua própria história disciplinar. Sem ter sido planejada de antemão, encontra-se aqui uma distribuição dos artigos entre três grandes recortes: 1) a investigação sobre como textos acadêmicos problematizam, observam e dão conta da experiência estética vinculada aos fenômenos sociais que analisam; 2) as questões sociológicas que, postas por *estórias* ou personagens literários, apontam-nos para pistas inexploradas nas ciências sociais; 3) a explicitação da relação tensa e transitória entre os textos etnográficos e os diários de viagem, bem como as relações diferenciadas de cada um destes gêneros literários com práticas disciplinadas de escrita e de leitura.

Com exceção de dois, os textos deste dossiê foram escritos por alunos do curso de “Antropologia e Literatura”, realizado no segundo semestre de 2011, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), no qual, refletindo questões comuns aos dois campos disciplinares, exploramos aproximações e diferenças nos caminhos encontrados de um lado e de outro, tanto no que diz respeito à

criação de seus recursos discursivos e analíticos, quanto no que tange aos dados da “realidade social”, objetificados por registros diversos da forma textual.

Sob viés antropológico, mas com o intuito de observar as potencialidades presentes em textos de origens variadas, focamo-nos na leitura de produções situadas numa zona liminar entre a antropologia e a literatura, incluindo etnografias que exploram experimentações narrativas usualmente encontradas na literatura de ficção. Por outro lado, lemos obras escritas por literatos, e que trazem temas caros à antropologia (a alteridade; as viagens; o parentesco; o casamento; os conflitos; as formas narrativas orais; as formas de classificação; o sentimento de comunidade...). Alguns textos de cunho mais propriamente teórico – de crítica literária e de análise antropológica – serviram de complementação ao debate.

O curso assumiu um caráter exploratório deliberado. Sem pretender qualquer gênero de classificação ou sistematização histórica, perguntávamos que matéria de reflexão poderia se consolidar a partir de uma seleção bibliográfica orientada justamente pelo critério da heterogeneidade. Partindo da ideia de que, nas ciências humanas em geral, as palavras integram tanto os *instrumentos analíticos* quanto os *dados de análise*, colocamo-nos diante do problema das possíveis relações a serem estabelecidas, pelo texto, entre a experiência (de campo) e o momento da escrita (etnográfica). Buscando-se observar descentramentos de perspectiva efetuados em relação às vias teóricas mais convencionais, exploramos como, nas últimas décadas, vêm-se intensificando na antropologia reflexões sobre a amplitude das possibilidades descritivas geradas pelo “efeito etnográfico” de nossa prática de conhecimento, isto é, o efeito de um deslocamento no espaço e no tempo. O objeto da antropologia é como a coisa, Svégliá, relatada por Clarice Lispector em *O relatório da coisa*: “parecerá óbvio mas é extremamente difícil de se saber dela. Pois envolve o tempo”.

O conjunto de arranjos originais, quiçá inesperados, apresentados aqui dá concretude a esta proposta de exploração literária por vias antropológicas. No primeiro deles, Marine Lila Corde inspira-se em formulações de Roger Bastide (1946) “a propósito da poesia como método sociológico”, e defende que, embora tida de modo algo incontestado como obstáculo à objetividade científica, para a antropologia a experiência subjetiva é, ao contrário, uma via de acesso importante, e que portanto deve ser investigada. Levando a sério a ideia de Bastide, segundo a qual a expressão poética seria “uma forma

de exatidão científica”, a autora requalifica a relação entre subjetividade e objetividade, mostrando como a primeira pode ser pensada como compondo um determinado “estilo objetivo”.

Ana Luiza Martins Costa, autora do segundo artigo, esteve mais na posição de professora do que de aluna do curso de 2011. Mestre em antropologia social e doutora em literatura comparada, além de ter estado presente – como autora – na bibliografia lida, palestrou em uma das sessões do semestre, falando sobre a experiência que inspirou o artigo publicado aqui. A abordagem de Martins Costa parte de sua experiência como coautora do roteiro e colaboradora das filmagens do longa-metragem “Mutum” (Sandra Kogut, 2007), uma adaptação cinematográfica da novela *Campo Geral*, de João Guimarães Rosa (1956). O processo de realização do filme, escreve ela, recria os afetos gerados na leitura do texto rosiano pelas co-roteiristas; as opções estéticas foram feitas de acordo com uma certa “paisagem interior” captada por ambas as autoras, como sensações de infância reconhecíveis em toda parte, mas singularizadas no olhar míope de uma criança sertaneja.

Camila Pierobon, apresenta-nos o conto “O dia de um escrutinador”, de Ítalo Calvino (1963), escrito com base em uma “experiência de campo” efetiva, quando, buscando material para uma obra de ficção, o escritor executou a tarefa de escrutinador na zona eleitoral de um sanatório em Turim. Tal experiência foi revelada em entrevista como fonte de questionamento do autor sobre seus ideais políticos mais profundos. Calvino definiu o texto gerado (muito tempo depois) por esta experiência como “uma experiência autobiográfica ligeiramente deformada”. O artigo de Pierobon apresenta pontos em que o protagonista fictício, Amerigo Ormea, confunde-se com o próprio autor, Ítalo Calvino, na maneira como ambos elaboram, graças à experiência de crise, um deslocamento de sentidos e valores que se tinham por inabaláveis. Por este caminho, a autora encontra, na literatura de Calvino, uma “antropologia *da* cidade”, tal qual formulada por Michel Agier (2011).

Eder Amaral também observa a experiência urbana como um terreno de crise da própria linguagem, sendo esta entendida como constituidora de um mundo agora em acelerado estado de transformação. Sua reflexão é composta do diálogo estabelecido por ele entre a análise de Walter Benjamin e reflexões sobre a cegueira evocadas por Firmino (o cego) e Alexandre (o narrador), personagens de Graciliano Ramos (1975). O primeiro diagnostica uma perda da experiência coletiva nas cidades que lhe eram contemporâneas,

e o desaparecimento da figura do narrador como sintoma desta perda. De outro lado, os personagens de *Alexandre e Cesária*, aponta Amaral, refletem tal perda como uma experiência de cegueira que não se expressa pela chave da falta, e sim como fonte de criação de novos contornos. Em um experimento ao mesmo tempo poético e analítico, os personagens de Graciliano são transportados de seu ambiente rural para a cidade, buscando-se ali imagens que contêm histórias. Por fim, as imagens cinematográficas de Wim Wenders servem ao artigo como mais um recurso dessa procura, provocando um desafio próprio ao olhar antropológico: o de narrar um mundo para o qual se é cego.

Ana Paula Morel trava operação analítica similar ao seguir a analogia entre os princípios definidores da antropologia e a proposição do Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade (1928), ambos interessados na “devoração” do Outro: “Só me interessa o que não é meu. Lei do Homem. Lei do Antropó(lo)go”. Esta aproximação ganha forma à medida que Morel traça uma relação de “afinidade” entre a “ida ao povo” proposta pela antropofagia modernista, e a “ida ao campo” como pressuposto metodológico da antropologia. Neste diálogo, Oswald surge como praticante de uma “antropologia *sans métier*”.

Invertendo o eixo de investigação, o que Manuela Souza S. Cordeiro apura não é o pensamento antropológico tornado visível em obras literárias consagradas, e sim um exemplo de como a crítica literária pode articular-se aos procedimentos de abstração teórica do texto acadêmico. A autora propõe uma leitura particular de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski (1922), a partir da pista deixada por James Frazer em seu prefácio à obra. Ao caracterizar a novidade singular do método ali proposto, este último recorre à literatura para identificar duas formas de descrever a “natureza humana”. Uma, que ele chama “visão parcial” a exemplo dos tipos de Molière (o avarento, o hipócrita...), abstrai apenas um dos aspectos desta natureza; a outra é apontada por Frazer como a da “visão da totalidade”: o personagem não é apenas uma abstração “parcial”, expressão de uma dimensão puramente racional (homens como funções de sistemas sociais), mas também feito de paixões e contradições. Assim é Shakespeare, assim é Malinowski, defende Frazer. Cordeiro baseia-se nesta dualidade para observar uma oscilação, ao longo dos *Argonautas*, entre dois estilos descritivos que ela nomeia “modelo” e “modulação”. A análise chama atenção para um aspecto pouco destacado (ou mesmo recusado) nas leituras desta etnografia clássica; momentos nos

quais a narrativa sofre certa “modulação”, explicitando-se as pausas nas quais o autor contorna os limites de uma descrição “verdadeiramente científica”. Malinowski desenvolve assim narrativas nas quais o pronome “eu” aparece inesperadamente, confrontando-se com as abstrações genéricas que quer alcançar, para só então ir buscando melhor redefini-las a cada passo rumo a um novo capítulo.

O artigo seguinte, de Pedro Gondim, discute os dilemas envolvendo a publicização das condições do trabalho de campo e da experiência (íntima, pessoal) do etnógrafo. O diário é tomado como tema central; a partir dele, o ensaio explora o caráter ambíguo e indefinido deste gênero literário, passível de ser classificado seja como memórias, segredos, curiosidades, dados etnográficos, confissões ensaísticas, ficção biográfica, etc. Consequentemente, os diferentes enquadramentos editoriais a que esta forma se presta dialogam com os dilemas próprios desta qualidade algo inclassificável dos diários. Através da argumentação de Gondim, estes nos despertam assim para uma abordagem extremamente original sobre como tais variáveis podem ser tratadas no interior da antropologia.

Por fim, apresentamos um artigo de James Clifford, traduzido por Pedro Gondim e Léa Perez. O texto não figura nas publicações brasileiras da obra do autor que, hoje, pode ser considerado “canônico” na discussão proposta pelo dossiê. Presente na bibliografia lida e constantemente referida por nós durante o curso de 2011, ele analisa *A África fantasma*, o diário de Michel Leiris (1934) em sua viagem como “secretário-arquivista” da missão Dacar-Djibuti. Se o objetivo desta função era produzir o registro histórico da expedição, tal história já estava inscrita antes de ser escrita, percebe Leiris, por meio da inescapável narrativa colonial. Clifford mostra como o autor se desvencilha desta inscrição da história por meio de uma narrativa na qual o dia a dia efêmero do formato do diário promove a negação do romance. Buscando outra maneira de contar, nota-se na obra uma espécie de surrealismo-etnográfico. A presunção de que o *self* e o outro possam se reunir em uma coerência narrativa estável é minada. Como diz o próprio Leiris em sua *prière d'insérer*, “cabe ao leitor desvendar os germes de uma tomada de consciência alcançada somente bem após o seu retorno”.

Moacir Palmeira - professor do programa de pós-graduação em Antropologia Social, UFRJ.
Ana Carneiro - pesquisadora dos núcleos de antropologia simétrica e antropologia da política (NanSi e NUAP), UFRJ.